

“CAMPONÊS É AQUELE QUE PRODUZ SEU PRÓPRIO ALIMENTO”: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR COMO MEIO DE RESISTÊNCIA

Valdete Boni*
Cleber José Bosetti**

Resumo

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a partir dos anos 2000, tem discutido o conceito de campesinato associado à ideia de produção de alimentos saudáveis. Nesse contexto, ficam evidentes três conceitos-chaves para discutir o atual momento do MMC, que são o de campesinato, o de segurança alimentar e o de soberania alimentar. Embora com significados um pouco diferentes, esses dois últimos conceitos se entrelaçam na medida em que, para um povo, ter a soberania alimentar significa chances bem maiores de garantir a segurança alimentar. Outro ponto de convergência é a agroecologia, como categoria básica para a reprodução dessa condição camponesa.

Palavras-chave: Campesinato. Movimento de Mulheres Camponesas. Segurança Alimentar. Soberania Alimentar.

* Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Núcleo de estudos sobre Agricultura Familiar/NAF/UFSC. Professora Adjunta do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campi* de Chapecó. E-mail: valdete.boni@uffs.edu.br

** Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do Núcleo de estudos sobre Agricultura Familiar/NAF/UFSC. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Naturais e Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), *Campi* de Curitiba/SC.
E-mail: cleber.bosetti@ufsc.br

Introdução

Este texto é parte de uma pesquisa recente que ainda está em construção, mas já levanta algumas indagações sobre o atual momento do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Acompanhando o MMC há alguns anos, temos percebido o nascimento de um novo discurso sobre a soberania e segurança alimentar, que também é acompanhado de novas práticas para a produção de alimentos. O movimento vem discutindo a soberania alimentar associada à ideia de camponês. A própria discussão sobre o que o movimento considera como camponês já levanta um vasto debate, pois mescla diversas correntes conceituais como a de Chayanov (1981), a ideia de camponês como categoria política, e uma discussão mais recente, levantada especialmente por Ploeg (2008), de um processo de recampesinação, e, por fim, uma construção defendida pelos próprios movimentos ligados à Via Campesina.

As categorias Campesinato e Soberania são tratadas por diversos autores e tentaremos reproduzir somente parte desse debate, o suficiente para embasar as discussões que o MMC faz, especialmente sobre a segurança e a soberania alimentar. Embora com significados um pouco diferentes, essas duas categorias se entrelaçam na medida em que, para um povo, deter a soberania alimentar significa chances bem maiores de garantir a segurança alimentar.

O termo segurança alimentar provém de dois termos ingleses, *food security* (quantidade dos alimentos) e *food safety* (qualidade dos alimentos), o que caracteriza a segurança para o consumidor. Nesse contexto, essa é uma discussão complexa porque não se refere somente à problemática da fome, a qual, sem dúvida, é a mais preocupante, mas também aos outros problemas que são causados pela falta de comida, excesso de comida ou carência de nutrientes, bem como a qualidade dos alimentos em um momento em que, além do consumo exagerado de produtos industrializados, refrigerantes, enlatados, com muitos corantes e conservantes, entre outros,

temos ainda o alto índice de agrotóxicos e outros insumos utilizados sem o devido acompanhamento (controle) na produção alimentar.

Devido à complexidade do tema da segurança alimentar, não será possível falar dele de uma forma mais específica no âmbito deste trabalho. As colocações aqui apresentadas servem apenas para introduzir o debate sobre a produção agroecológica, a não utilização dos agrotóxicos e o resgate de sementes crioulas de hortaliças pelas camponesas do MMC, que associam essas práticas a uma forma de garantia de sua soberania alimentar.

O que é ser camponesa para o MMC?

O MMC passou a discutir mais sobre alimentação e produção de alimentos sem agrotóxicos a partir de 2001 no âmbito da 8ª Assembleia do movimento. Essa assembleia foi o passo inicial para o que é hoje um dos projetos mais ricos do movimento: o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças.

O MMC foi criado oficialmente em 2004. De forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existiam desde a década de 1980, como é o caso do Movimento de Mulheres Agricultora (MMA) em Santa Catarina, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no Norte e Nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990, esses movimentos começaram a intensificar o diálogo nos diferentes Estados – e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultou na criação do MMC.

A discussão a respeito do nome que teria o movimento suscita uma importante questão, o significado do termo “camponês”. As antigas denominações de “agricultoras” e “trabalhadoras rurais” foram substituídas por “camponesas”. Uma das justificativas do MMC esclarece que a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes

atividades exercidas no campo, como as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas. Outra justificativa refere-se ao trabalho familiar e à produção de alimentos, conforme menciona o documento do movimento:

Fizemos debates sobre a *categoria camponês* que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado, se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. (MMC, 2009, [s. p.], grifos no original).

A noção clássica que temos de camponês, aquela elaborada por Chayanov, denomina como camponês aquele produtor familiar que cultiva a terra com vistas a garantir a subsistência da família, sem inserir-se no mercado, ou seja, uma noção de trabalhador rural que é proprietário do seu meio de produção, mas que não alimenta o capitalismo. O que Chayanov teorizou na década de 1920, na Rússia Comunista, perde o sentido na atualidade para definir grande parte dos produtores familiares no Sul do Brasil, em que há uma estreita ligação com o mercado. Entretanto, se a relação com o mercado já não ocorre da mesma forma, a noção de trabalho familiar e de satisfação das necessidades da família assegura a validade das ideias deste autor (CHAYANOV, 1981).

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, Grisa e Schneider (2008) mostram a importância que a produção para o autoconsumo familiar tem nas propriedades rurais naquela região. Conforme esses autores, a produção e a troca de produtos para autoconsumo são práticas recorrentes entre os agricultores. Dessa forma, não exclui a ideia de uma agricultura em parte camponesa, mesmo que a propriedade produza parte dos bens exclusivamente para o mercado¹.

1 Tratamos aqui dos bens exclusivos para o mercado como a suinocultura e avicultura integradas e, também, a produção de fumo e leite que são destinadas totalmente às agroindústrias.

Na França, a denominação “camponês” sempre foi muito utilizada para demarcar um tipo de agricultura com base na exploração familiar. Se o termo, hoje, mesmo lá, não é mais utilizado com a mesma ênfase, não é porque o camponês tenha desaparecido, mas porque foi substituído pela denominação de “agricultor familiar”. Abramovay (1992, p. 24) define mais claramente o porquê dessa substituição:

São camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos [...]. Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e, portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado.

As camponesas ligadas ao MMC não concordam com essa divisão em que camponês está desatualizado em relação aos agricultores familiares. Não consideram o campesinato um modo mais atrasado ou com menos inserção no mercado. Distinguem, sim, agricultura familiar de campesinato, considerando este último um modo de produção diferenciado, mas nunca inferior.

Muitas coisas já foram contempladas pelas que me antecederam, mas uma coisa que eu queria aqui colocar em relação à nossa identidade camponesa, o camponês, o verdadeiro camponês, ele não precisa de interferência de fora, ele planeja sua unidade de produção, muito diferente na agricultura familiar, que ele apenas faz o que os outros planejam. E o camponês, ele planeja a sua unidade de produção, ele não precisa de interferência de fora. E nesse sentido, nós temos que dizer, temos que avançar bastante ainda para nós de fato sermos verdadeiros camponeses. (MMC, 2009, [s. p.])².

Na verdade, o MMC ainda está construindo essa noção de campesinato, especialmente para diferenciar do conceito de agricultura familiar tão presente na Região Sul do Brasil. Por isso, não devemos estranhar alguns entrelaçamentos entre os dois termos. Contudo, a afirmação identitária camponesa

2 Trecho da abertura do 11º Encontro Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas, realizado em Xaxim, de 21 a 23 de agosto de 2009.

sinaliza a existência de especificidades no modo de ser, de pensar e de fazer que são importantes para a configuração social dos agentes comprometidos com as causas da soberania e segurança alimentar.

O campesinato como resistência

Adotar o conceito de camponês tem para o MMC um sentido de resistência. Esta pode se referir a muitos aspectos, mas nos deteremos aqui a uma resistência contra o modelo hegemônico do agronegócio que, conforme mostra Delgado (2005), é a opção brasileira em termos de desenvolvimento econômico e agrícola. Ploeg (2008, p. 286) trabalha com a noção de império alimentar: “[...] um princípio orientador que se expressa em e através de muitas entidades e relações diferentes”. Para este autor, o “império” alimentar não está expresso somente nas grandes corporações mundiais que dominam grande parte da distribuição de determinados alimentos, como a Nestlé, por exemplo. Esse império influencia nas reservas de alimentos no mundo, nas pesquisas que são desenvolvidas pelas universidades e pelas empresas de pesquisa estatais. Há nisso tudo uma inter-relação entre campesinato e império, em que o campesinato sofre, na visão deste autor, três tendências altamente destrutivas. A primeira se refere à privação de recursos aos camponeses, sejam recursos econômicos com a eliminação de linhas de créditos para determinadas culturas, seja a privação de recursos naturais, como a água, seja pela introdução de produtos mais baratos no mercado. A segunda tendência se refere à precariedade vivenciada pelos camponeses no mundo, tanto nos países ricos, quanto nas nações em desenvolvimento. A percentagem de camponeses que não atingem a renda mínima difere em países como a Holanda e o Quênia, por exemplo; porém, o problema existe em toda parte e afeta o campesinato como um todo. A terceira tendência é decorrente dos diversos processos que vêm ocorrendo na agricultura mundial, tanto a introdução de novas mercadorias (aquelas que vêm substituir a produção

camponesa), quanto a terceirização da produção de certos bens. No processo de terceirização, está inclusa a busca pela produção cada vez mais barata e que possa ser realizada em qualquer parte do mundo, assim como ocorre com bens de consumo. Dessa forma, os baixos preços oferecidos em países mais pobres não somente afetam os camponeses nativos, mas o de outros países cuja produção lhes foi subtraída para ser transferida a lugares onde o custo de produção é bem menor.

Assim como na introdução das tecnologias durante a revolução verde, as novas tecnologias introduzidas no momento atual têm como característica principal o “novo”. E não importa as consequências dessa novidade, o mais importante ao império é que esse “novo” seja considerado melhor que aquilo que ele vem substituir, segundo os que decidem sobre a política econômica (PLOEG, 2008, p. 288). Assim, as sementes híbridas, que foram introduzidas há mais de 40 anos na Região Oeste Catarinense, são agora substituídas facilmente pelas sementes transgênicas, mesmo que os agricultores produzam em pequena quantidade ou apenas para a alimentação de animais de lactação.

Ploeg (2008, p. 289-290) escreveu sobre a realidade de regiões diferenciadas, como a Holanda, o Peru e o estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Ele exemplifica casos destas regiões que demonstram a resistência do campesinato frente ao que considera como o império. Mostra como um camponês na Holanda utiliza uma ferramenta já bem antiga para a eliminação de ervas daninhas em meio à pastagem. É o que, segundo Ploeg, pode ser considerado como uma técnica antiquada para muitos, para aquele camponês não é. Ele está evitando a utilização de agrotóxicos para combater as ervas que prejudicam suas pastagens. Dessa maneira agrega mais valor ao seu leite, além de não prejudicar sua própria saúde ou a dos consumidores e, ainda, elimina custos na produção, o que garante um ganho maior. Um segundo exemplo retrata uma família de Catacaos, no Peru, que vive em uma Unidade de Produção Comunitária. Se comparado aos camponeses holandeses, esse casal vive em condições de precariedade;

no entanto, suas condições são suficientes para garantir uma qualidade de vida que para eles é adequada ou, como considera Ploeg, uma autonomia relativa, que lhes garante produzir seus alimentos sem depender de trabalhar por um salário muito baixo, seja na agricultura, seja fora dela, única alternativa na realidade da região em que vivem. No exemplo do Brasil, temos um produtor de tomate que processa o produto e o transforma em molho pronto. Mais uma vez, a resistência ao império fica clara tanto na industrialização de sua produção, como na diversificação da propriedade que garante que os principais alimentos consumidos pela família sejam produzidos ali mesmo.

Esses exemplos citados demonstram que o que Ploeg (2008) ressalta, em diferentes regiões, sobre a resistência camponesa, acontece com a mesma clareza entre as mulheres do MMC. A recuperação e a produção das próprias sementes, a utilização de técnicas naturais para o controle de pragas são formas de autonomia frente às indústrias produtoras de sementes e agrotóxicos. Durante o tempo em que estivemos reunidos com as mulheres, ocorreram momentos de trocas de receitas de alternativas, por exemplo, ao combate aos insetos. Essas receitas também são publicadas nos informativos do MMC.

O império, conforme Ploeg (2008, p. 294), utiliza estratégias que criam uma invisibilidade dos camponeses com a criação dos “não lugares” para a produção, ou seja, determinados produtos são cultivados em diferentes regiões e sua transformação em subprodutos faz que as características de quem os produziu se percam. Assim, muitos consumidores não reconhecem como frutos do trabalho agrícola as mercadorias encontradas nas prateleiras dos supermercados. Até para os próprios agricultores, o reconhecimento não é imediato.

Ploeg (2008, p. 296) faz referência a Burawoy para falar sobre a dimensão utópica do campesinato. Segundo Ploeg, os camponeses tentam criar “utopias verdadeiramente existentes” em oposição às “utopias imaginárias”. Podemos pensar a recuperação de sementes como uma utopia resistente

na visão de Ploeg, uma vez que estas mulheres sabem que não vão salvar o mundo com esta prática, mas vão assim manter viva a sua esperança.

As práticas também mostram o que, na visão de Ploeg, é um princípio camponês. Para este autor, o princípio camponês consiste em “[...] enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente” (2008, p. 299). O princípio camponês também se relaciona à subjetividade, ou seja, à forma como os camponeses se identificam com o espaço rural e o seu modo de vida. Nesse sentido, podemos observar que as práticas das mulheres camponesas, como a conservação das sementes crioulas e o cultivo agroecológico tendo em vista a soberania e a segurança alimentar, são formas de resistência às imposições do império alimentar na medida em que possibilitam fortalecer a autonomia das famílias camponesas.

As mulheres e a alimentação: segurança e soberania alimentar

Segundo Marta Chiappe (2006), ocorre certa confusão entre os conceitos de soberania e segurança alimentar, quase sempre utilizados como sinônimos. Para ela, deve-se entender a soberania alimentar como o controle dos alimentos por parte dos camponeses, e por segurança alimentar a condição de existência de alimentos suficientes e de qualidade para que todos possam ter acesso.

Conforme León (2003, p. 218), na África Subsaariana e no Caribe, as mulheres são responsáveis pela produção de 60% a 80% dos produtos básicos utilizados na alimentação, enquanto na Ásia as mulheres realizam mais de 50% do trabalho nos cultivos de arroz. Da mesma forma, no Sudeste Asiático e na América Latina, as hortas cultivadas pelas mulheres aparecem entre os sistemas agrícolas mais complexos. Mesmo assim, a ideia de que é necessário o cultivo de transgênicos para alimentar o mundo é propagada cada vez mais. Esse discurso sai do ambiente das multinacionais e se propaga mesmo

entre camponeses, com o intuito de que eles abandonem seus cultivos tradicionais e adotem o sistema produtivo que é comercializado em larga escala pelas empresas.

Essas medidas, segundo León (2003, p. 219), eliminarão as práticas de soberania alimentar concebidas pelas mulheres durante toda a história da agricultura, obrigando-as a pagar aos donos das patentes para utilizarem os recursos que sempre fizeram parte de sua vida. Ainda, para a autora, a agricultura científica excluirá ainda mais as mulheres do acesso ao conhecimento e destruirá seus saberes tradicionais, continuando o processo que foi deflagrado pela Revolução Verde (2003, p. 220). A colocação de León é chocante, mas verdadeira, porque o que assistimos foi um afastamento das camponesas do conhecimento básico sobre o plantio dos alimentos e a diminuição da variedade e qualidade alimentar dessas famílias. No entanto, tamanha exclusão gera revolta e, conseqüentemente, a busca de alternativas. É o que o MMC faz ao estimular as camponesas a resgatarem as práticas alimentares e de tratamento por meio de uma alimentação mais saudável, que vai desde a maneira de produzir o alimento, a variedade dos alimentos e as formas de preparo, até as ervas medicinais que são alternativas aos remédios alopáticos.

Um dos grandes vilões que coloca em risco a segurança alimentar são os agrotóxicos, porque, além da contaminação dos alimentos e da água, eliminou diversas espécies de plantas utilizadas na alimentação e no preparo de remédios. Conforme Londres (2011), na última década, o uso de agrotóxicos no Brasil cresceu assustadoramente; somente entre os anos de 2001 e 2008 a venda subiu de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões. Assim, o Brasil atingiu a posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em 2008, foram aplicados 986,5 mil toneladas; em 2009, mais de um milhão de toneladas, o que significa 5,2 kg de agrotóxico por habitante (LONDRES, 2011, p. 19). A autora apresenta também dados da Anvisa sobre, pelo menos, dez tipos de agrotóxicos que já foram proibidos na União Europeia, EUA, China, entre outros, mas que continuam sendo usados no

Brasil. Esses dados apontam que o crescimento agrícola no País foi pequeno frente ao aumento exorbitante no volume de vendas dos agrotóxicos.

Outra característica importante a ser analisada é a concentração das empresas que detêm a produção e a comercialização de agrotóxicos. Em 2007, seis empresas – a saber, Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow e DuPont –, controlavam mais de 80% da venda de agrotóxicos no mundo. No Brasil, essa taxa era ainda maior. Essas empresas não controlam somente os agrotóxicos ou as sementes de milho e soja, como nos parece mais evidente, mas também sementes de hortaliças, ou seja, as sementes de toda a base de alimentação vegetal.

O que o movimento de mulheres propõe é seguir em direção contrária a esse processo, buscando resgatar valores (sementes) e técnicas que suas mães e avós dominavam, para restituir, com isso, uma alimentação mais saudável para suas famílias.

Nesse projeto das sementes, eu acho muito importante também o resgate que está tendo das ervas medicinais. Porque isso é uma coisa da natureza. E os nossos antepassados, eles usam muito isso. Sobreviviam dos remédios caseiros, dos remédios de ervas medicinais. Mas depois, com o uso dos venenos aí que tanto tão usando, as ervas foram sendo extintas e aí, então, esse projeto do Movimento de Mulheres Camponesas vem trazendo pra nós ou resgatando de volta o uso pras nossas famílias, que é muito importante a mãe fazer um chazinho, usa os remédios naturais em vez de pra cada coisinha tem que correr na farmácia, ou estar comprando os remédios químicos. E isso, pra nós, é uma experiência muito importante e que está sendo resgatado também no projeto das sementes. Então, isso vem trazer um estímulo de volta pra nós, aquilo que é da natureza. Os remédios, usando eles, utilizando e industrializando pro nosso uso e para o uso da nossa família, dos nossos filhos.³

Conforme Vandana Shiva (2003, p. 39), a Revolução Verde não substituiu somente as sementes nos países do

3 Trecho retirado de um documentário produzido pelo MMC/SC, a partir de fala de uma liderança do movimento sobre o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças.

Terceiro Mundo, mas safras inteiras. Ao fazer isso, justificou que determinadas variedades de sementes, por serem inferiores, produziavam muito pouco. Para Shiva, as camponesas da Índia conheciam as variedades produzidas e seu valor nutritivo. Estes cultivos, no entanto, foram considerados inferiores, além disso, muitos foram extintos pelo uso dos agrotóxicos. Da mesma forma, diversas espécies de plantas que antes eram consumidas pelos camponeses no Oeste de SC, hoje são dificilmente encontradas porque, com a intensa utilização de agrotóxicos nas lavouras e a diminuição de variedades cultivadas, essas também se perderam. Por outro lado, percebe-se que as lideranças do MMC, ao iniciarem o resgate de sementes crioulas de hortaliças, relataram estar admiradas com as variedades que as camponesas trouxeram e que eram mantidas em suas propriedades. Somente no encontro que ocorreu no ano de 2002 em Curitiba, na serra catarinense, as camponesas trouxeram mais de 40 variedades de couve.

Para León e Senra (2010, p. 17), mulheres e homens vêm construindo uma ideia diferente do que é agricultura. Isso se explica, em parte, pelas condições que foram dadas, ao longo da história, para homens e para mulheres. Dessa forma, a imagem construída pelas mulheres é de uma agricultura como fonte de alimentação e de produtos que são destinados ao sustento da família.

León e Senra (2010) acrescentam que, em diversas partes do mundo, o controle da produção pelo governo e pelas grandes empresas foi precedido por uma associação do produto oriundo das explorações familiares a uma má qualidade ou a problemas sanitários. Essas medidas afetaram especialmente as mulheres que tradicionalmente comercializam sua produção nos mercados locais. Em conversa com uma liderança, esta falava das dificuldades de comercializar a produção em pequena escala. O objetivo principal para as mulheres que participam dos projetos do MMC é cultivar para o consumo da família, mas sempre há um excedente que pode ser comercializado.

Diversos fatores têm feito os agricultores e as agricultoras deixarem de produzir uma série de alimentos

que eram produzidos há décadas, inclusive na horta. Os principais são a diminuição das famílias (seja pela menor taxa de natalidade, seja pela migração dos jovens), a perda de sementes e a dedicação às integrações. Houve um desestímulo a esses cultivos por parte de técnicos de grandes cooperativas e agroindústrias. Muitos alimentos não são cultivados porque os insetos atacam. Em pesquisas anteriores (BONI, 2012), ouvimos de agricultores que não adianta plantar “[...] porque os pulgões, as lagartas, ou mesmo os passarinhos estragam, então fica mais barato comprar”.

Já no MMC, o que ouvimos é um discurso bem diferente, como mostram as falas das participantes de encontros, cursos e oficinas dos quais participamos. As camponesas mostraram uma listagem bem extensa dos alimentos que ainda cultivavam e dos que voltaram a cultivar pela iniciativa dos projetos do MMC.

Em estudo sobre os alimentos ainda produzidos para o consumo entre agricultores gaúchos, Menasche, Wagner e Marques (2007, p. 67) se referem à questão do “tempo” que os agricultores alegam não possuir mais para plantar. Conforme relato de uma agricultora entrevistada por estas autoras, depois que iniciou um plantio de laranjas em maior escala, foi perdendo as sementes dos produtos que antes eram comuns na propriedade, como o feijão, o amendoim. Também com a saída dos filhos da terra, o trabalho se concentrou no casal; assim, não puderam mais se dedicar ao plantio desses alimentos.

Da mesma forma como foi constatada uma diminuição da variedade de alimentos produzidos e consumidos pelos agricultores no Oeste Catarinense, Menasche, Wagner e Marques (2007, p. 75) mostraram que, no vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, os agricultores familiares se referiram a uma mudança muito grande da alimentação de “antigamente” com relação à atual. Conforme estas autoras, eles foram unânimes ao falar da intensidade destas mudanças, relacionando a alimentação atual como sendo mais industrializada.

Em geral a produção para o autoconsumo é hoje considerada como sendo muito menor do que a realizada em época anterior. Desse modo, muitas respostas apontam no sentido de maior dependência das famílias rurais em relação à aquisição de alimentos. (MENASCHE; WAGNER; MARQUES, 2007, p. 75).

Em outra pesquisa realizada também no vale do Taquari, Zanetti e Menasche (2007, p. 39) mostram que a segurança alimentar é garantida mais pelas mulheres. Como a produção de alimentos para o consumo familiar é conduzida basicamente pelas mulheres, quando estas deixam de produzir a variedade que eram acostumadas, o consumo destes alimentos cai na família. Mulheres mais velhas são as que ainda mantêm a tradição de produzir diversos alimentos, já as mais jovens adotaram o hábito de adquirir esses alimentos no mercado. As razões destacadas na pesquisa citada são semelhantes àquelas apontadas pelas agricultoras entrevistadas por nós na Região Oeste de Santa Catarina.

Aqui no caso são todas trabalhadoras, que trabalham para produzir alimentos. E alimentos só para nós? Alimentos para todos. Hoje, na verdade, a agricultura camponesa é responsável pela produção de quase 80% dos alimentos que vão para a mesa dos consumidores. Então, esse é o segundo elemento: ser trabalhadora pertencente a uma classe que produz pelo seu trabalho as riquezas e [...] que produz alimento para as pessoas poderem viver, nenhum ser vivo vive sem alimento. Então vejam a importância estratégica dos camponeses e das camponesas. E [...] as mulheres camponesas são lutadoras, são guerreiras, que daí é próprio da característica de quem faz parte do movimento, da luta, da militância.⁴

4 Entrevistada pela primeira autora no XX Encontro Estadual do MMC, de 21 a 23 de agosto de 2010.

Considerações finais

A problematização que as mulheres ligadas ao MMC estão fazendo em relação à produção de alimentos difere de outras organizações ligadas à agricultura de base familiar.

Algumas destas organizações entram na lógica do mercado ao estimular os agricultores na produção convencional. Diferem das organizações que têm como foco o mercado diferenciado, como o de orgânicos, por exemplo. Para muitas militantes do MMC, o movimento deve estimular a prática agroecológica voltada para comercialização mais local e baseada na confiança e não necessariamente no selo orgânico.

A associação entre a agroecologia ser camponesa e produzir alimentos saudáveis é muito comum no MMC. Da mesma forma que a alimentação perdeu sua qualidade com a diminuição do cultivo de muitas espécies, também os remédios alopáticos invadiram esse espaço para tratar de problemas como ansiedade, estresse, depressão, doenças da vida moderna. Aquela idealização de um rural sem conflitos e harmônico já ficou para trás há muito tempo na região. E tanto a diminuição do número de filhos, como a resistência de grande parte deles em permanecer nas propriedades, trouxe um ritmo de vida mais agitado, porque não somente as mulheres mas os homens abriram mão de parte de seu lazer e do cultivo de muitos alimentos para suprir a falta de mão de obra.

As mulheres falam com orgulho das plantas medicinais e da importância de, para elas, camponesas, resgatar as tradições antigas que foram se perdendo com a modernização da agricultura. No caso, tanto de plantas medicinais como de outras plantas utilizadas como alimentos, muitas variedades se perderam com a introdução e o uso contínuo dos agrotóxicos nas propriedades. A retomada dos saberes camponeses pelas mulheres do MMC fortalece nossa convicção em torno da resistência promovida por esse movimento social no sentido de fortalecer as bases para a construção de novas formas de produção e de sociabilidade no âmbito da ruralidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; ANPOCS; Editora da Unicamp, 1992.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIAPPE, Marta. Estudio de caso sobre la cadena productiva de maíz. In: MELLO, Ruth de; RODRÍGUEZ, Graciela (Org.). **Estudios de casos que destacan la dinámica de género en torno a la agricultura, el comercio y la soberanía alimentaria**. Rio de Janeiro, Instituto Equit, 2006.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

LEÓN, Irene. Mulher, vida e semente. In: CARVALHO, Horacio Martins de (Org.). **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 209-227.

_____; SENRA, Lidia. Las mujeres gestoras de la soberanía alimentaria. In: SENRA, Lidia et al. **Las mujeres alimentan al mundo**: soberanía alimentaria en defensa de la vida y del planeta. Barcelona: Entrepueblos, 2010.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

MALUF, Renato S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. 2000. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em: out. 2016.

MENASCHE, Renata; WAGNER, Saionara Araújo; MARQUES, Flávia Charão. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 58-77.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **História**. 2009. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. XX Encontro Estadual do MMC, de 21 a 23 de agosto de 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SHIVA, Vandana. **Cosecha robada**. El secuestro del suministro mundial de alimentos. Barcelona: Paidós, 2003.

VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede Alimentar al mundo**. 2011. (Documento de Punto de Vista de la Vía Campesina). Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em: 20 set. 2016.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 130-141

Submetido em: 20/07/2017

Aceito em: 30/07/2017

PEASANT IS THAT PRODUCES ITS OWN FOOD: SAFETY AND FOOD SOVEREIGNTY AS A MEANS OF RESISTANCE

Abstract

The Peasant Women's Movement (MMC), since 2000, has discussed the concept of peasantry associated with the idea of producing healthy food. In this context, three key concepts are evident to discuss the current moment of the MMC, which is that of peasantry, food security and food sovereignty. Although these meanings are somewhat different, these last two concepts intertwine in the sense that, for a people, having food sovereignty means much greater chances of ensuring food security. Another point of convergence is agroecology, as a basic category for the reproduction of this peasant condition.

Keywords: Peasantry. Movement of Peasant Women. Food Safety. Food Sovereignty.